

ATA DA XVII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH

Abertura. Às dez horas do dia quatorze de junho de dois mil e sete, no Auditório Avelino Costalonga, localizado no Edifício Sede da Codevasf, em Brasília/DF, com a constituição da mesa pelo Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH e presidente da sessão na ocasião, e pelo Sr. João Bosco Senra, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos da atual Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e pela Sra. Rachel Landgraf de Siqueira, Analista Ambiental da SRHU/MMA, que auxiliaram na condução dos trabalhos, instalou-se a XVII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA) saudou os presentes e justificou a ausência da Sra. Marina Silva, Presidente deste CNRH e Ministra do Meio Ambiente, a qual estava representando o Estado brasileiro no Diálogo de Ministros sobre Mudanças Climáticas, na Suécia. Registrou que esta foi a primeira vez que a Ministra não compareceu a uma abertura de reunião do CNRH. Em sua fala de abertura o Secretário Executivo do CNRH ressaltou a importância do CNRH, o maior fórum democrático do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Disse que no ano em que se completa os dez anos da Lei nº 9.433, de 1997, notar-se-ia o revigoramento da gestão desse setor quando grandes questões estariam em pauta, entre elas a definição de critérios de vazão ecológica; a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários; a gestão compartilhada de rios transfronteiriços; reúso da água; estabelecimento de prioridades para aplicação dos recursos da cobrança do setor elétrico; enquadramento de águas subterrâneas; integração com a política de gerenciamento costeiro; e o detalhamento dos programas e subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Registrou o empenho deste Colegiado e do ex-Secretário João Bosco Senra na elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, uma construção plural e democrática, e que caberia a todos a tarefa de implementá-lo. Quanto às mudanças estruturais ocorridas no MMA, as quais ocasionaram a sua vinda para a SRHU, disse que poderiam parecer atemorizantes, mas que se revelariam produtivas ao longo do tempo, pois foram efetuada para compor forças para o enfrentamento da questão das mudanças climáticas e dos problemas que atrasam o desenvolvimento rural sustentável, e para a construção da cidadania sócio-ambiental e busca efetiva da integração de políticas, tão delicada para aqueles que militam na área de recursos hídricos. Opinou que à junção de atribuições e responsabilidades no âmbito da SRHU, foi extremamente positiva por abrir a possibilidade de agregar aos municípios a preocupação com a questão dos recursos hídricos, bem como a questão urbana ao MMA, a qual, historicamente, foi relegada pelo Ministério. O Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA) mencionou que ao contrário da aparentemente redução na importância do debate das políticas integradas de gestão de recursos hídricos, a nova estrutura resultaria em uma melhor solução para os desafios colocados. Externou a intenção de realizar um seminário para discutir a situação dos recursos hídricos no ambiente urbano, e, assim solicitou a colaboração para a construção dessa agenda para o segundo semestre, o que promoveria debates que ainda estariam invisíveis aos olhos da pauta política desse Conselho. Disse da importância de se trabalhar juntamente com o novo departamento de ambiente urbano da SRHU, do qual estariam à frente os Srs. Silvano Silvério da Costa, Marcos Pelleguini Bandini e Moacir Moreira da Assunção. Particularmente, revelou que teria aceitado o desafio dessa gestão, após insistentes apelos da Ministra, pelas seguintes razões: 1º) o temor de olhar para traz no final de 2007 e lamentar não ter tentado ajudar, por ser esta uma característica inerente à sua pessoa e à sua história de vida; e 2º) pelo desafio de continuar esse trabalho extraordinário iniciado na área de recursos hídricos. Ratificou que somente aceitara com a garantia da participação do Sr. João Bosco Senra e da sua equipe à frente da diretoria de recursos hídricos. Solicitou a compreensão e colaboração de todos, confessando não ser um especialista em nenhum dos temas que teria que tratar na Secretaria, mas que seria militante dedicado na construção da transversalidade das ações da SRHU. Quanto à Agência Nacional de Águas, disse que

se esforçaria para trabalhar em parceria permanente. Complementou, dizendo que a Ministra Marina Silva teria se exposto a um grande desgaste para realizar tal reestruturação no MMA, iniciativa que todos os demais Ministros tentaram, mas sem a ousadia e a coragem da atual Ministra, a qual lutou para implementar, inclusive, uma mudança a ser consolidada no Congresso Nacional, no caso a criação do Instituto Chico Mendes. Por fim, solicitou que fosse estabelecida com este Conselho uma relação de absoluta interação e busca de aperfeiçoamento dos instrumentos de funcionamento, mesmo sabendo que todo início de construção estaria sujeito a erros, mas que todos teriam liberdade e abertura para o diálogo. Agradeceu e declarou aberta a presente sessão. Iniciou os trabalhos, informando sobre a Agenda do Dia que constava da pauta encaminhada com antecedência aos Conselheiros. Solicitou que a Sra. Rachel Landgraf (SRHU/MMA) verificasse o quorum para a abertura dos trabalhos. Com número suficiente de Conselheiros para os trabalhos deliberativos, a **Sra. Rachel Landgraf (SRHU/MMA)** realizou a leitura dos informes e procedimentos regimentais da reunião. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** prosseguiu a reunião dando posse e saudando os novos membros do CNRH: pelo Ministério de Ciência e Tecnologia a Sra. Helena Luna Ferreira, como Conselheira Titular e o Sr. Jorge Alexandre Carvalho da Silva como Conselheiro Suplente; pelo Ministério do Meio Ambiente o Sr. João Bosco Senra, como Conselheiro Titular e o Sr. Benedito Braga como Conselheiro Suplente; pelo Ministério das Relações Exteriores o Sr. Pedro Aurélio Fiorencio Cabral de Andrade, como Conselheiro Suplente; pelo Ministério da Educação a Sra. Rachel Trajber, como Conselheira Titular; pelo Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte o Sr. Iberê Paiva Ferreira de Souza, como Conselheiro Suplente; pelo Conselho de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro a Sra. Marilene Ramos, como Conselheira Titular; pelo Conselho de Recursos Hídricos de Alagoas a Sra. Ana Catarina Pires de Azevedo, como Conselheira Titular; pelo Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul o Sr. Carlos Otaviano Brenner de Moraes, como Conselheiro Suplente; pelo Ministério da Defesa o Sr. Antônio Fernando Monteiro Dias como Conselheiro Titular, e pelo Conselho de Recursos Hídricos de Sergipe o Sr. Márcio Costa Macedo, como Conselheiro Titular. Falou ainda sobre o recebimento, nos termos do Regimento Interno do CNRH, de Requerimento de Urgência para a inclusão na pauta desta reunião a seguinte proposta de deliberação: i) proposta de resolução que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício orçamentário de 2008 e no Plano Plurianual 2008 - 2011, e dá outras providências. Colocado em votação, o Requerimento de Urgência foi acolhido pelo Plenário e, assim, incluído na pauta. A **Sra. Rachel Landgraf (SRHU/MMA)** realizou, então, a leitura da nova Ordem do Dia. 1. Aprovação da Ata da XX Reunião Extraordinária do CNRH. 2. Deliberação sobre propostas de Resolução: 2.1 – estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício orçamentário de 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011 – encaminhada pela CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB; 2.2 – prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu - encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL; 2.3 – altera o inciso III do artigo 2º da Resolução CNRH nº 10, de 21 de junho de 2000 – encaminhada pela CT de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT. 3. Deliberação sobre propostas de Moção: 3.1 - recomenda a instituição de organismos gestores dos Parques Aquícolas e sua integração com os Comitês de Bacias Hidrográficas - encaminhada pela CT de Análise de Projeto – CTAP. 4. Apresentação sobre o Programa “Cultivando Água Boa” – Itaipu Binacional. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** submeteu ao Plenário a nova Ordem do Dia, a qual foi aprovada. Dando continuidade aos trabalhos passou-se para o **Item 1 - Aprovação da Ata da XX Reunião Extraordinária do CNRH**. A **Conselheira Laura Jesus (ONG)** cumprimentou a todos, em especial o novo Secretário, desejando uma boa gestão, e o Sr. João Bosco Senra, que vinha desenvolvendo um trabalho muito importante quanto ao Plano Nacional de Recursos Hídricos. Sugeriu mudanças na linha 178, quanto à exclusão de um dos artigos definidos da frase; linha 294 acusou ausência de acentuação na palavra “até”; linha 301 apresentou a necessidade de uso de plural na palavra “públicos”; ao trecho

98 das linhas 302 a 308 propôs a redação "dados importantes como: de toda energia consumida pelo setor
99 industrial no Brasil, 2,8% são utilizados pela indústria de alumínio, uma das que mais consome água e
100 energia e polui os cursos de água, 20,6% são consumidos pela siderurgia, a produção de pasta de
101 celulose consome cerca de 12,7% e a produção de papel 11,1%"; linha 313, solicitou a correção da data
102 do evento citado que ocorreu no dia dois de abril; linha 314 também solicitou correção de data para o
103 dia dez de maio e do nome da localidade onde o evento foi instalado, sendo Cerro Azul; linha 318,
104 acusou a inclusão de crase; e linha 319 sugeriu a mudança no tempo verbal, de "pudesse" para "possa".
105 Encaminhou indagações referentes ao desenvolvimento futuro que se queria para o país quanto à
106 Região Hidrográfica do rio Paraná, cuja contribuição para a geração de energia hidrelétrica estaria
107 saturada. Informou que o Comitê do Rio Tibagi se posicionou contrário à construção da UHE Mauá e
108 que na 1ª Conferência da Agenda 21 do Vale do Ribeira, Paraná e São Paulo, também houve
109 posicionamento contrário à UHE de Tijuco Alto e às demais previstas para o rio Ribeira. A
110 **Conselheira Ninon Machado (ONG)**, com o uso da palavra, saudou a todos, principalmente o Sr.
111 Secretário, transmitindo-o as boas vindas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, e disse,
112 ainda, que estariam confortáveis com os esclarecimentos iniciais, porque o Fórum tem manifestado à
113 Ministra a preocupação com as reformas que estariam em curso no âmbito do MMA e, particularmente,
114 em relação ao desdobramento da atual SRHU. Disse que deveria ser respeitado o direito e dever do
115 gestor público em modificar sua estrutura, mas que estariam preocupados, pois as questões de recursos
116 hídricos estariam sendo colocadas junto a outros temas, quando a tendência mundial seria de elevar os
117 recursos hídricos. Lembrou a todos que durante a Conferência de 2002, ocorrida em Johannesburgo,
118 durante a construção de sua agenda, o item 21 se referiria à água, o recurso natural mais importante do
119 Século 21. Ponderou sobre o impacto de levar a SRH a um nível que não estaria condizente como parte
120 integrante de um Sistema de Estado, assim questionou quanto ao rebatimento de tais mudanças no
121 âmbito dos Sistemas Estaduais, podendo acabar com as Secretarias de Recursos Hídricos e não dando
122 importância aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Destacou a determinação e habilidade do
123 Sr. João Bosco Senra durante sua gestão e agradeceu o empenho, principalmente quanto ao Plano
124 Nacional de Recursos Hídricos, uma das metas de Johannesburgo. Quanto às alterações na ata, propôs
125 que na linha 266 fosse alterada a redação para "ao ser encaminhado às câmaras técnicas cujo objeto
126 refere-se à interligação de bacias hidrográficas, cuja regulação não estaria prevista na legislação
127 vigente". O **Conselheiro João Clímaco (ONG)** cumprimentou os membros do Conselho e fez suas
128 palavras de seus antecessores representantes da sociedade civil que colocaram as preocupações do
129 segmento. Registrou seus votos de uma gestão exitosa e feliz e ao mesmo tempo cumprimentou o Sr.
130 João Bosco Senra pela sua postura magnânima em relação aos desafios que se apresentaram até o
131 momento. Acrescentou como preocupação a superação das limitações ainda existentes, havendo a
132 necessidade de ser construído um processo de legitimação deste Conselho frente à sociedade brasileira,
133 revelando a importância da política pública para servir a sociedade e não como um espaço em que a
134 sociedade não participaria, estando atualmente limitada a quatro representantes, enquanto membros
135 desses movimentos da sociedade civil. Para a correção da ata sugeriu modificação na linha 276 com a
136 seguinte redação "cadastro nacional de demandas sócio-ambientais sobre o uso múltiplo das águas".
137 Não havendo outras manifestações, a Ata foi colocada em votação e aprovada com as alterações
138 propostas. **Item 2.1 – Deliberação sobre proposta de Resolução que estabelece as prioridades para**
139 **aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício**
140 **orçamentário de 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011.** O Sr. **Eustáquio Luciano Zica**
141 **(SRHU/MMA)** convidou o Sr. Rodrigo Speziali, Presidente da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso
142 de Recursos Hídricos - CTCOB, para encaminhar a matéria. O Sr. **Rodrigo Speziali (SRHU/MMA)**
143 ressaltou que a proposta estabeleceria prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança
144 pelo uso de recursos hídricos, para o exercício orçamentário de 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011,
145 sendo decorrente do § 4º do art. 21 da Lei nº 9.984, de 2000, que determinava "que as prioridades da
146 aplicação dos recursos decorrente da cobrança, especificamente do setor elétrico deverão ser definidas

147 pelo próprio CNRH”. Nesse sentido, informou a existência da Resolução CNRH nº 35, dezembro de
148 2003, a Resolução CNRH nº 41, de julho de 2004, que aprovou a prioridade de aplicação para 2005, a
149 Resolução nº 49, de março de 2005, que estabeleceu as prioridades para o exercício 2006 e ao mesmo
150 tempo solicitou que a CTCOB estabelecesse um procedimento mais duradouro de consulta para definir
151 tais prioridades. Assim, após um ano e meio de discussões, a CTCOB encaminhou proposta de
152 resolução sobre o tema, sendo esta a Resolução CNRH nº 70, de março de 2007, que “estabelece os
153 procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Estadual de Recursos
154 Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos
155 provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de
156 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000”. Disse
157 que essa Resolução apresentou ganhos quanto às demais, principalmente por ter conseguido modificar
158 o foco da lógica utilizada, enquanto as resoluções anteriores trabalhavam com a idéia de coleta de
159 projetos que eram encaminhados à ANA, o que criava uma expectativa que não poderia ser atendida, e
160 com isso distorções de uma lógica de política pública. A nova proposta estabelece que os Conselhos
161 Estaduais e Comitês deveriam elencar três prioridades entre os programas e subprogramas do Plano
162 Nacional de Recursos Hídricos, vinculando desta forma o Plano às prioridades, o que vislumbraria uma
163 construção de políticas públicas de médio e longo prazo. Lembrou que durante a aprovação da
164 Resolução CNRH nº 70, de 2007, foi solicitado que o início do processo, em caráter excepcional, fosse
165 esse ano, para atender ao PPA e ao orçamento de 2008. Para tanto, foi encaminhado aos CERHs e
166 CBHs o Ofício nº 21, de 04 de abril de 2007, contendo, anexo, nota explicativa sobre a metodologia a
167 ser adotada, estabelecendo prazo até 30 de abril do ano corrente, para o fornecimento das suas
168 priorizações, bem como solicitando explicações sobre a forma de consulta adotada por esses órgãos. As
169 respostas foram encaminhadas diretamente a ANA que elaborou documento para análise da CTCOB,
170 sendo este o balizador para análise do CNRH. Disse que a ANA considerou as informações, também
171 dos vários órgãos que as enviaram, após o prazo determinado, mas que ainda possibilitou a
172 consolidação do quadro (**Anexo I**), onde constariam todos os que manifestaram. Informou que o
173 critério adotado pela ANA para incorporar ao trabalho as manifestações dos comitês de rios estaduais,
174 foram somente aqueles que encaminharam suas propostas para análise dos Conselhos Estaduais, o que
175 revelaria a apreciação pela esfera estadual. Assim, foi elaborada uma tabela apresentando os programas
176 e subprogramas e suas priorizações elencadas de 1 a 3 (**Anexo II**) que foi matéria de análise na
177 CTCOB e na CTIL, que culminaram com o texto da proposta de resolução em discussão. Destacou que
178 o art. 1º da proposta de resolução definiria esses programas e subprogramas a serem priorizados no
179 exercício orçamentário 2008 e no PPA 2008-2011, sendo: despoluição de bacias hidrográficas; planos
180 de recursos hídricos e enquadramento de corpos d’água em classes de uso; metodologias e sistemas de
181 outorga de direito de uso de recursos hídricos; capacitação e educação, em especial ambiental, para
182 gestão de recursos hídricos; apoio à organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos
183 Hídricos – SEGRHs; aplicação de instrumentos econômicos à gestão de recursos hídricos e
184 sustentabilidade econômico-financeira da gestão de recursos hídricos, estando listados por maior
185 número de votos. Finalizada a apresentação, a matéria foi colocada em discussão. O **Conselheiro**
186 **Walter Suriani (Prest. Água e Esgoto)** solicitou esclarecimentos, sendo: quanto à existência de algum
187 critério para direcionamento dos recursos para os programas e subprogramas, considerando que os
188 custos dos diversos projetos seriam superiores aos recursos disponíveis, e quanto à existência, por parte
189 da CTCOB, de análise da alocação desses recursos dentre os programas definidos. Sugeriu que fosse
190 reservado percentual maior para a aplicação desses recursos para o item 1 – despoluição de bacias, para
191 ações práticas. O **Conselheiro Júlio Rocha (CERH/BA)** registrou que a Bahia havia encaminhado
192 suas prioridades e que entendia a importância da priorização e sentia contemplado com a proposta de
193 resolução apresentada. A **Conselheira Maria Zita (Comitês)** parabenizou o atual Secretário, bem
194 como o Sr. João Bosco Senra, e ressaltou a importância do seu trabalho junto aos comitês. Destacou a
195 importância do subprograma referente aos Planos de Recursos Hídricos, diante da necessidade de se

196 estimular os comitês a elaborarem tal documento. Parabenizou, também, o trabalho desenvolvido pela
197 CTCOB e solicitou a disponibilização do documento para ciência da metodologia utilizada. A
198 Conselheira **Anna Virgínia Machado (OTEP)** apresentou a preocupação do segmento que representa
199 com a importância da área de recursos hídricos e de todo o Sistema Nacional de Gerenciamento de
200 Recursos Hídricos, e a necessidade de um suporte a essas ações, proveniente de uma Secretaria
201 exclusiva, a saber, que tal missão já seria pesada somente para a SRH e que agora estaria para a SRHU,
202 limitada a uma diretoria, ou seja, dividindo, assim, atenções. Disse que havia muitas ações em
203 andamento e que o SINGREH ainda estaria crescendo e consolidando posições. Assim, ponderou sobre
204 o reflexo político da mudança que, provavelmente, permearia os Sistemas Estaduais. Ressaltou a
205 preocupação de não se perder espaço dentro dessa gestão. Aproveitou para parabenizar o ex-secretário
206 João Bosco Senra pelas ações que desempenhou. Com relação à proposta de resolução, questionou se
207 foi objeto de análise na CTPNRH, devido à relação existente com o PNRH e sua base conceitual. A
208 **Conselheira Ingrid Muller (OTEP)** cumprimentou a todos e agradeceu ao Sr. João Bosco Senra por
209 todo o empenho a frente da Secretaria e aproveitou para manifestar a preocupação das Entidades de
210 Ensino e Pesquisa e das Associações Técnicas em relação à mudança da estrutura do MMA, onde o
211 tema recursos hídricos estaria dividindo ou disputando a atenção com outros temas, apesar da
212 importância destes e a inter-relação com os recursos hídricos. Ressaltou o fato da Secretaria de
213 Recursos Hídricos se tornar um departamento. Com relação à deliberação em questão, ponderou sobre
214 a necessidade de se priorizar, mas que nenhum dos consultados apresentara o sistema de informações
215 como prioridade, a saber, da correlação existente entre o sistema de informação para a implementação
216 das demais ações prioritárias. Questionou se o sistema de informação estaria contemplado no âmbito da
217 prioridade “Apoio à organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos”.
218 Nesse momento, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** anunciou a presença do atual diretor
219 de Ambiente Urbano da SRHU, Sr. Silvano Silvério, que, excepcionalmente, passou a compor a mesa.
220 O **Conselheiro Marcelo Sampaio (SEAP)** ponderou sobre a inexistência, no rol de prioridades, dos
221 sistemas de informações e dos mecanismos de suporte à decisão, justificado pela carência de
222 informações que auxiliariam na decisão dos diversos órgãos. Exemplificou com o fato dos atrasos dos
223 processos de outorga que estavam tramitando na ANA, referentes à alocação de estrutura de cultivo de
224 peixes dentro de reservatórios hidrelétricos, devido à ausência de informações e mecanismos práticos
225 de suporte à decisão. Questionou se tais sistemas estariam contemplados no item “metodologias e
226 sistemas de outorga de direito de uso de recursos hídricos”, o que seria uma afirmação muito ampla e
227 que não caracterizaria as demandas necessárias. O **Conselheiro João Clímaco (ONG)** comentou sobre
228 o dia de trabalho da CTIL que tratou desse tema e aproveitou para resgatar o princípio fundamental da
229 descentralização e o fortalecimento da “ponta” do Sistema, haja vista a impossibilidade de omissão
230 pelas situações que estariam ocorrendo que os induziriam às iniciativas e posturas adequadas nas
231 Câmaras Técnicas. O intuito seria de fortalecer o Sistema. Disse que a participação da população e da
232 sociedade, são inexistentes e assim tentou colocar um detalhamento do que seria o apoio à organização
233 de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos no sentido de fortalecer as mobilizações
234 e implantação de comitês em estados. Citou que alguns Conselhos Estaduais estariam sendo montados
235 de forma artificial, não apoiando a criação dos comitês, contrariando um dos princípios norteadores da
236 Lei nº 9.433, de 1997. Assim, fez um apelo no sentido de que os Conselheiros estivessem sensíveis a
237 essa colocação, para que fosse elaborada resolução criando condicionantes para a aplicação desses
238 recursos nos estados que não estivessem priorizando a legitimação da participação social e que criasse
239 condicionantes para aplicação dos recursos nos estados que tivessem problemas ou algum processo
240 político não concluído que impedisse a criação de comitês, bem como a participação social. O
241 **Conselheiro Jairo Lousa (Irrigantes)** solicitou esclarecimentos quanto à ordem dos itens
242 apresentados, pois teria sido induzido a concluir que a despoluição de bacia hidrográfica seria a maior
243 prioridade, mas que os recursos seriam escassos e muitas vezes contingenciados, o que levaria os
244 recursos primeiramente para esse fim. Sugeriu que fosse colocada uma ordem de priorização,

245 considerando o aspecto de maior efeito diante das limitações dos recursos. Para tanto, o primeiro item
246 deveria ser a educação, mas que em algumas bacias a priorização deveria ser a despoluição. Disse não
247 acreditar na cobrança condominial e sim na cobrança em questão e que o futuro da cobrança estaria em
248 algo em que toda a população participasse, e não somente um setor. A **Conselheira Laura Jesus**
249 **(ONG)** reforçou a priorização do programa despoluição de bacia hidrográfica, que deveria abarcar o
250 saneamento básico, tratamento de esgoto e também despoluição rural, quanto ao uso de agrotóxico e a
251 questão da mata ciliar e sua recuperação. Isso acarretaria no zoneamento e uso de solo. Disse que a
252 despoluição envolveria todo o processo de revitalização. Quanto ao item 2 colocou a perspectiva do
253 enquadramento dos corpos d'água vislumbrar a classe 1, não devendo somente o corpo d'água ser
254 enquadrado e sim ter metas para alcançar a classe 1. Em relação ao item 4, ponderou sobre a
255 necessidade de comunicação, a partir do destaque do debate existente na Oficina do Plano Nacional de
256 Recursos Hídricos. Então, questionou se entraria ou não a comunicação no item 4 e disse ainda que a
257 comunicação entraria também no sistema de informação, devendo ser observada a forma de ser
258 contemplado. Finalizando, reforçou a importância dos comitês e a participação da sociedade civil,
259 estando esta muito debilitada dentro do Sistema. O **Conselheiro Miguel Cedraz (MME)** questionou se
260 seria competência do Conselho deliberar sobre o ponto de vista orçamentário, ou se seriam
261 recomendações aos órgãos executores. Também ponderou se haveria um plano de trabalho para essa
262 execução, sendo anexo da deliberação. O **Conselheiro Demetrios Christofidis (MEC)** aproveitou para
263 desejar ao atual Secretário um trabalho eficaz, efetivo e eficiente e agradeceu toda a equipe que
264 continuou na pessoa do Sr. João Bosco Senra. Comentou sobre a preocupação dos demais, onde o que
265 pareceria, do ponto de vista estrutural, a formação de uma entidade, SRHU, sendo urbano na estrutura
266 superior ao qual seria mais genérico. Então, indagou qual seria essa implicação, sabendo que a partir da
267 Constituição, houve a indicação de um Sistema Integrado de Recursos Hídricos e este servindo de
268 orientação para os Sistemas Estaduais. Diante da mudança, sugeriu que não houvesse somente destaque
269 para o ambiente urbano e sim também para o rural, principalmente quanto ao uso da água para a
270 produção de alimentos. Quanto à proposta de resolução, ponderou sobre a viabilidade de se adotar uma
271 sequência de prioridades, sugerindo que fosse iniciada pelas ações de prevenção, como a de
272 capacitação e educação, de forma a serem pró-ativas e não reativas. Sugeriu uma revisão da
273 hierarquização do item "Apoio aos Sistemas Estaduais". Quanto à manifestação anterior, referente a
274 percentuais específicos dos recursos para os programas, sugeriu que os maiores percentuais fossem
275 destinados às ações pró-ativas, de prevenção e de educação e capacitação. Disse entender que os títulos
276 adotados seriam os do Plano, mas que de alguma forma poderiam ser revistos, no sentido de agrupar as
277 novas sugestões. Para esclarecimentos, a palavra foi passada ao Sr. **Rodrigo Speziali (SRHU/MMA)**
278 que, primeiramente, lembrou a todos que essa proposta de resolução seria fruto de um longo período de
279 discussão que conseguiu chegar a essa formatação, sendo possível somente após a aprovação do Plano
280 Nacional de Recursos Hídricos. Com isso, buscou-se seguir os programas e subprogramas ali
281 apresentados. O exercício feito foi de hierarquizar as ações mais efetivas, sendo esta a lógica utilizada
282 para a aplicação dos recursos decorrentes do setor elétrico. Lembrou que os programas e subprogramas
283 do Plano Nacional de Recursos Hídricos transcendem os volumes de recursos previstos no orçamento
284 da União, abarcando uma gama maior de outras ações de outros setores do Sistema. Disse que, nesse
285 caso, estariam discutindo a participação da ANA nesse processo. Quanto à questão de hierarquização
286 de prioridade esclareceu que os programas elencados não estariam apresentados em uma ordem de
287 prioridade e que a forma de gestão desses recursos seria dada no âmbito da ANA. Quanto ao sistema de
288 informação, elucidou que este não estaria impedido de ser executado, podendo ser contemplado por ser
289 uma responsabilidade da ANA, bem como os sistemas de suporte a decisão. Quanto aos programas que
290 receberam poucos votos, esses poderiam ser contemplados com outros orçamentos. Informou que a
291 proposta de resolução não fora avaliada pela CTPNRH, mas sendo decorrente das ações desta
292 CTPNRH, estando posta desta forma devido à existência do Plano Nacional de Recursos Hídricos.
293 Quanto aos planos de trabalho, informou que esses ainda estariam em desenvolvimento no âmbito do

294 detalhamento dos subprogramas. Esclareceu que não haveria destinação específica a ser alocada nessas
295 priorizações, não havendo determinação de percentuais, o que poderia limitar a atuação do gestor
296 público. Quanto à situação do enquadramento, concordou com o desejo comum da classe 1 para os
297 corpos d'água, mas que as diretrizes mais específicas para tal meta ser alcançada estariam no
298 detalhamento dos programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, o que também recairia para a
299 comunicação e que não seria intenção entrar no mérito das ações dos subprogramas previamente
300 aprovados por esse Plenário. O **Conselheiro Júlio Rocha (CERH/BA)** sugeriu que o texto ficasse
301 mais claro, para tanto a inserção de um parágrafo único esclarecendo não haver nenhuma hierarquia
302 entre os programas indicados. O **Conselheiro Demetrios Christofidis (MEC)** disse que em sua
303 colocação anterior sugeriu que o item capacitação e educação, em especial ambiental para gestão de
304 recursos hídricos, fosse colocado em primeiro lugar, independente de priorização ou não, e em último
305 lugar, o item despoluição de bacias. O **Conselheiro Hugo Sampaio (MJ)** ponderou sobre a técnica
306 legislativa, informando que para assuntos que precisassem ser listados haveria pareceres que
307 formalizariam que uma lista de itens não indicaria hierarquização. Com isso, o parágrafo único
308 sugerido seria desnecessário. Com relação à proposta do Conselheiro Demetrios Christofidis, sugeriu
309 que a ordem fosse mantida, pois essas prioridades seriam decorrentes das consultas feitas e que o item
310 que estaria na primeira posição caracterizava-se como o mais votado, sendo assim o mais prioritário. O
311 **Conselheiro Marcelo Sampaio (SEAP)** ponderou quanto ao quantitativo de recursos provenientes
312 desta cobrança, sendo da ordem de R\$ 180 milhões, e com esse montante não seria possível
313 despoluição de bacia hidrográfica. Disse que os órgãos outorgantes deveriam ter como prioridade os
314 mecanismos que viabilizassem a sua atuação. Comentou que talvez houvesse um equívoco de
315 conhecimento ou de percepção da aplicabilidade desses recursos. Assim, sugeriu duas propostas:
316 emenda aditiva ao texto no inciso 3º do art. 1º “Sistema de informação e mecanismos de suporte a
317 decisão”; emenda supressiva do item referente a “despoluição de bacias”, considerando o vultoso
318 investimento e a correlação com as ações de saneamento do Ministério das Cidades. O **Sr. Eustáquio**
319 **Luciano Zica (SRHU/MMA)** apresentou, como questão preliminar, a votação das propostas,
320 consultando se seria realizada uma hierarquização ou não, e, havendo, estaria sendo analisada a
321 proposta do Conselheiro Demetrios Christofidis. Lembrou a todos da proposta do Conselheiro Júlio
322 Rocha, de consignar num parágrafo único que efetivamente o ordenamento estabelecido na proposta
323 não significaria uma ordem de prioridade. A **Conselheira Laura Jesus (ONG)** registrou sua opinião
324 quanto à seqüência de prioridades, justificada pela distorção de educar a população, não realizando o
325 tratamento de esgoto, assim devendo a educação e o tratamento caminhar juntos. Disse ser importante a
326 priorização, para evitar que os recursos não fossem aplicados onde não se deseja. O **Conselheiro**
327 **Valdemar Araújo (MCidades)** disse que as pessoas estariam em dúvida e que o problema seria de
328 procedimento, ou seja, necessitando a definição de hierarquização ou não. A partir dessa decisão
329 acarretaria numa série de questões que foram levantadas. Quanto ao processo de consulta aos comitês
330 disse ter problemas diante do número reduzido de respostas recebidas, mas que refletiria como
331 democracia, ruim, mas, não havendo outra forma, acataríamos. Aconselhou uma reflexão quanto à
332 modificação nas propostas de prioridades, considerando a legitimidade de tais proposições, resultantes
333 de uma consulta. A **Conselheira Maria Zita (Comitês)** solicitou que os destaques fossem lidos, o que
334 foi realizado pelo Diretor João Bosco Senra (SRHU/MMA), sendo: proposta de um parágrafo único,
335 informando que não haveria hierarquização; proposta de uma hierarquização; proposta de supressão do
336 inciso I e alteração do inciso III. Para encaminhamento da matéria, inicialmente, votou-se pela
337 hierarquização ou não dos itens. Submetida a proposta, a hierarquização foi derrotada, portanto mantido
338 o texto original. Passou-se então para a aprovação da proposta de resolução ressalvadas as emendas, a
339 serem votadas em separado. A resolução foi aprovada por unanimidade. Encaminhou-se para a
340 apreciação das emendas: supressão do inciso I do art. 1º, contudo a proposta foi retirada, justificada que
341 em não havendo priorização, o item permaneceria; alteração do inciso III do art. 1º, quanto ao nome do
342 subprograma, também proposta retirada, justificada pela impossibilidade de mudança no título do

343 subprograma e da existência de ações em seu detalhamento, referente a sistema de suporte a decisões.
344 **O Conselheiro Hugo Sampaio (MJ)** esclareceu que os nomes dos subprogramas ali colocados seriam
345 originados do Plano Nacional de Recursos Hídricos e que qualquer alteração não poderia ser citada no
346 *caput* do art. 1º a expressão subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos. **O Conselheiro**
347 **Demetrios Christofidis (MEC)** comentou sobre a necessidade de se respeitar as informações
348 provenientes da base, mas, com isso, estaria sendo perpetuada a ignorância, onde as medidas estruturais
349 que exigiriam muitos recursos apareceriam como prioridade, afinal parecendo que eles querem somente
350 dinheiro. Ressaltou a proposta apresentada de mesmo não havendo hierarquização fosse colocado,
351 primeiramente, o item referente à educação. **O Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)**,
352 encaminhando a matéria, colocou em votação a proposta de um parágrafo único que facilitaria a
353 compreensão do que estaria exposto sendo: “a ordem numérica de listagem dos subprogramas não
354 estabelece a hierarquia de prioridades”. Colocada em votação, a inclusão do parágrafo único foi
355 aprovada, obtidos dois votos contrários, dos Conselheiros Demetrios Christofidis (MEC) e Hugo
356 Sampaio (MJ). Em não havendo mais emendas a serem aprovadas nesta resolução, o **Sr. Eustáquio**
357 **Luciano Zica (SRHU/MMA)** declarou a matéria aprovada. A redação final da Resolução encontra-se
358 no **Anexo III. Item 2.2 – Deliberação de proposta de Resolução que prorroga o prazo do mandato da**
359 **Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piranhas-Açu.** **O Sr. Eustáquio**
360 **Luciano Zica (SRHU/MMA)** convidou o Sr. Carlos Ivan da Câmara Ferreira de Melo, Secretário
361 Adjunto de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte para apresentação da
362 matéria. **O Sr. Carlos Ivan (SERHID/RN)** iniciou informando estar representando o titular da pasta, o
363 Sr. Iberê Paiva Ferreira de Souza, sendo este também presidente do Comitê. Enfatizou a dificuldade de
364 se fazer em tão curto prazo tudo o que se propunha para a implantação do Comitê, por um único
365 mandato, devido a complexidade e a quantidade de municípios envolvidos. Comentou sobre a
366 dificuldade existente para a mobilização social e a substituição do secretário, consequência da eleição
367 ocorrida no estado. Assim, solicitou que tais fatos fossem considerados. Concluindo, ressaltou a
368 importância que este Conselho se sensibilize, e também a ANA, quanto à necessidade de aporte
369 financeiro para o comitê, considerando as dificuldades para se colocar em prática o que se propõe, e
370 solicitou que a Sra. Fátima Rego continuasse a apresentação. **A Sra. Fátima Rego (SERHID/RN)**
371 cumprimentou a todos, desejou sucesso na gestão do atual secretário e passou à apresentação (**Anexo**
372 **IV**). Em nome do presidente interino do Comitê do rio Piranhas-Açu disse que gostaria de prestar
373 alguns esclarecimentos sobre o processo de criação e instalação do Comitê, como forma de
374 fundamentar e subsidiar a proposta de resolução ora em discussão. Como esclarecimentos iniciais,
375 disse que a área de atuação do Comitê estaria nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, sendo
376 o mais novo comitê de bacia hidrográfica do Brasil - um órgão colegiado com atribuições normativas,
377 deliberativas e consultivas, no âmbito de jurisdição da bacia do rio Piranhas - Açu. Disse que o Comitê
378 seria o primeiro instituído exclusivamente em território nordestino, em rio de domínio da União, e o
379 primeiro que foi oficializado desde o lançamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos, ocorrido em
380 janeiro de 2006. Informou que a instituição do Comitê foi oficializada mediante Decreto não numerado
381 de 29 de novembro de 2006, assinado pelo vice-presidente da República, José Alencar Gomes da Silva
382 e publicado no Diário Oficial da União, na mesma data. Resumidamente, apresentou características
383 quanto a área total da bacia, extensão do leito principal, localização da nascente, clima da região,
384 precipitação anual, número de municípios envolvidos, população da região, vazão regularizada, trechos
385 perenizados, número de usuários cadastrados, segmento de usuários de água existentes. Ainda mostrou
386 detalhes hidrológicos quanto os sistemas de reservatórios existentes na bacia e o plano de regularização
387 e ordenamento dos usos da bacia que culminou com o marco regulatório que teve como primeiro
388 produto a emissão da Resolução ANA nº 687, de 2004, que *dispõe sobre o Marco Regulatório para a*
389 *gestão dos Sistema Curema-Açu e estabelece parâmetros e condições para a emissão de outorga*
390 *preventiva e de direito de uso de recursos hídricos e declaração de uso insignificante.* Quanto ao
391 processo de instituição do comitê da bacia hidrográfica do rio Piranhas – Açu fez um breve histórico

destacando que desde a década de 90 já se evidenciava conflitos de usos múltiplos e, antes mesmo da promulgação da Lei nº 9.433, de 1997, os estados envolvidos sentiam a necessidade de um canal de interlocução para que houvesse um melhor gerenciamento das águas dessa bacia. Assim, em 1996, foi criado Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Piranhas – Açu, pelos dois estados fundamentados em suas leis estaduais. Contudo, tal Comitê não funcionou e não houve a participação da sociedade civil, dos usuários, de todos os segmentos envolvidos com atuação na área da bacia. Após a promulgação da Lei nº 9.433, de 1997, da Lei nº 9.984, de 2000 e da Resolução CNRH nº 5, de 2000, os estados resolveram desprezar este comitê e iniciar um novo processo de criação de comitê dessa bacia nos moldes atuais. Em 2002, o estado da Paraíba iniciou, com recursos próprios, um amplo programa de mobilização e sensibilização pró-comitê. Para tanto foram criados grupos de trabalho pró-comitê que tinham representante dos três segmentos envolvidos na bacia. Destacou os seguintes fatos, conforme os anos: 2002/2003: Processo de instituição iniciado pelos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, em janeiro de 2000 e em Março de 2003, respectivamente; 2004: Concluído o Processo de Sensibilização e Mobilização Social Pró-Comitê da Bacia pelos GTs Pró-Comitê da Bacia dos estados do RN e PB, em julho/2004; 2005: Elaborada e encaminhada a Proposta de Criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas – Açu, pelos estados da PB/RN, em setembro/2005, através do Ofício n.º 435/2005 – GS Natal/RN, ao Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH; 2006: Aprovada a Proposta de Instituição do CBH do Rio Piranhas - Açu, pelo CNRH, instituído o CBH do rio Piranhas – Açu, com área de atuação localizada nos estados do RN e PB, através do Decreto sem número de 29 de novembro de 2006 e designados os membros da Diretoria Provisória do CBH do rio Piranhas–Açu, através da Portaria nº 38, de 26 de dezembro de 2006, na oportunidade estando como Presidente Interino: Josemá de Azevedo – Secretário de Estado de Recursos Hídricos do RN; e - Secretário Interino: Raimundo Sérgio Santos Góis – Diretor Presidente da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da PB. Ressaltou o processo de mobilização e sensibilização e a participação da sociedade civil que contou com o apoio dos estados e aporte de recursos estaduais, em parceria com o DNOCS que elaboraram *folders* educativos para a distribuição durante as reuniões. Dentro do processo ocorreu a participação da ANA, com o plano de regularização. Comentou que de janeiro a março o período de instalação do comitê ficou prejudicado devido ao processo de transição de governo nos estados, inclusive com mudança de secretário de estado e que somente no final de março/2007 foram nomeados os secretários, ocasião em que a articulação foi retomada, fato este que não estava previsto e o prazo estaria esgotando. Elaborou-se, então, uma minuta de Portaria, aprovada pelos secretários, a fim de solicitar a substituição dos membros da diretoria em virtude do processo eleitoral vigente no país e assim em abril/2007, sendo a nova diretoria provisória: Iberê Paiva Ferreira de Souza, Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do RN e do Secretário Interino, José Ernesto Souto Bezerra, Diretor – Presidente da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. Em tal deliberação solicitou-se a prorrogação do prazo do mandato na nova Diretoria Provisória até 31/12/2007, bem como o compromisso de encaminhamento de relatório ao CNRH, no prazo de três meses a partir da publicação da resolução, que apresentaria o processo de andamento de instalação do Comitê. Finalizou, dizendo que a diretoria provisória no momento, cujo mandato se exauria em 29 de junho, estaria solicitando a esse Plenário a aprovação da então proposta de resolução que tratava prorrogar o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu, diante das justificativas apresentadas, o que possibilitaria o processo de instalação desse Comitê a partir de um amplo trabalho interinstitucional entre ANA, DNOCS, e os governos estaduais, inclusive tratando de aporte financeiro para a concretização da instalação do Comitê. Informou, ainda, que a população da região estaria cobrando a instalação desse Comitê, haja vista a importância estratégica desse na gestão descentralizada e participativa das águas dessa bacia. O Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA) agradeceu a Sra. Fátima pela apresentação e colocou a matéria em debate. A Conselheira Maria Zita (Comitês) reforçou a importância da instalação desse Comitê o mais breve possível, devido aos vários

441 projetos de irrigação na região e os inúmeros conflitos, ocorrendo casos de outorgas superiores a vazão
442 disponível. Falou que esses conflitos geraram o marco regulatório e todo o procedimento de
443 participação da sociedade na gestão e na formação desse Comitê. Disse acreditar que nesse período de
444 seis meses haveria condições, a considerar o grupo de trabalho atuante composto pela ANA, DNOCS e
445 os estados envolvidos, para efetivação da instalação desse Comitê. A matéria foi colocada em votação e
446 aprovada por unanimidade. **Item 2.3 – Deliberação da proposta de Resolução que altera o inciso III**
447 **do artigo 2º da Resolução CNRH nº 10, de 21 de junho de 2000.** O Sr. Eustáquio Luciano Zica
448 (SRHU/MMA) convidou o conselheiro e presidente da Câmara Técnica de Gestão dos Recursos
449 Transfronteiriços - CTGRHT, Sr. Bernardo Paranhos para encaminhar a matéria. O **Conselheiro**
450 **Bernardo Paranhos (MRE)** cumprimentou a todos e demonstrou o prazer de apresentar essa proposta
451 de resolução que emanou da CTGRHT, sendo aquela seria a primeira vez que, em sua gestão, a
452 CTGRHT encaminharia proposta de deliberação. Disse que se tratava de uma proposta de resolução
453 bastante simples e objetiva, resultado de discussões que se iniciaram na CTGRHT a mais de dois anos e
454 de um esforço que contou com a participação ampla dos membros daquela câmara técnica, que
455 identificou, no contexto da área de atuação da CT e do processo de evolução conceitual da área de
456 recursos hídricos, a necessidade de alteração no que se refere ao conceito de bacia hidrográfica
457 transfronteiriça, pautado na Lei nº 9.433, de 1997, onde se definiu bacia hidrográfica como unidade
458 territorial e, portanto território transfronteiriço, não sendo esse conceito aplicável. Esclareceu que
459 grande parte do território brasileiro coincide com as bacias hidrográficas que contém recursos hídricos
460 fronteiriços e transfronteiriços e que a bacia seria, portanto território uma vez que seria parte da área de
461 drenagem do curso d'água ou lago. Informou que o tema foi objeto de discussão na CTIL, que
462 concordou com o mérito da questão, e que houve um verdadeiro diálogo entre essas CTs, ocorrendo
463 várias consultas reciprocamente e finalmente chegando a proposta apresentada. Por fim, ponderou que
464 tal mudança estaria alinhada com os princípios defendidos pelo Brasil em sua política externa, nas
465 tratativas internacionais, entre as quais sobressaía o Princípio II da Eco 92, que seria o pilar da atuação
466 do país na área de meio ambiente, estando também em conformidade com a Carta das Nações Unidas e
467 com os princípios do Direito Internacional, que cita que “*tem o direito soberano de explorar os seus*
468 *próprios recursos segundo suas próprias políticas de meio ambiente e desenvolvimento e ao mesmo*
469 *tempo a responsabilidade de assegurar que essas atividades sob sua jurisdição e controle não causem*
470 *danos ao meio ambiente de outros estados ou de área além do limite da jurisdição nacional*”, portanto
471 sendo um princípio que aborda a soberania e a cooperação internacional. Baseadas nessas justificativas,
472 o inciso III, referente às atribuições da CTGRHT, passaria a figurar da seguinte maneira: “*propor*
473 *diretrizes para a gestão de recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços*”, substituindo o atual
474 inciso que aborda a gestão de bacias transfronteiriças. Agradeceu aos membros da CTIL e ao Sr. João
475 Bosco Senra que muito contribuiu com esse debate e finalmente aos membros da CTGRHT, que sem a
476 contribuição ativa não se teria alcançado esse resultado de um conceito claro, suficientemente amplo e
477 ao mesmo tempo coerente com os princípios basilares das leis internas e da atuação internacional do
478 país. Ainda comentou sobre o lançamento ocorrido em 2006 do Glossário de Termos Referentes à
479 Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços que também foi um esforço da CTGRHT.
480 Lembrou que essa publicação foi distribuída na XVI Reunião Ordinária do CNRH, de 07 de dezembro
481 de 2006, mas disponibilizou alguns exemplares para aqueles que não o receberam. Disse ser esse um
482 processo contínuo, devendo ser constantemente atualizado e aperfeiçoado. Ainda registrou a presença
483 do Sr. Nelson Freitas da Itaipu e aproveitou para agradecer o apoio incondicional Itaipu Binacional, da
484 Secretaria de Estado do Paraná e do Governo de Santa Catarina para a realização do Primeiro Encontro
485 Trinacional para a Gestão de Águas Fronteiriças e Transfronteiriças, ocorrido em Foz de Iguaçu, que
486 reuniu 300 pessoas, sendo um exemplo concreto da cooperação na gestão dos recursos fronteiriços e
487 transfronteiriços entre os três países que ali estavam representados no evento e que puderam assistir a
488 apresentação do programa Cultivando Água Boa. Encerrada a apresentação considerada muito precisa,
489 o Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA), colocou a matéria em discussão e não havendo

manifestação, a proposta de resolução foi submetida à votação e aprovada. **Item 3.1 – Deliberação da proposta de Moção que recomenda aos organismos gestores dos parques aquícolas e sua integração com os comitês de bacia hidrográfica.** Para a apresentação da matéria foi convidado o **Conselheiro Marcelo Sampaio**, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP que com o uso da palavra informou que a proposta de moção estaria sendo muito bem recepcionada pela SEAP, por incorporar o conceito de participação. Disse que a concepção colocada na proposta seria de se instituir comitês gestores de parques aquícolas, a exemplo dos parques aquícolas existentes no lago de Itaipu e esses comitês gestores visariam atender a perspectiva de participação, de trabalho com as pessoas da microbacia atuando na gestão de recursos hídricos. Assim o texto recomendaria a instituição de organismos gestores de parques aquícolas e sua integração com comitês de bacias hidrográficas, ou seja, não os limitando apenas a observar as diretrizes definidas pelos comitês das bacias hidrográficas, mas serem notados com a possibilidade de participar estabelecendo uma integração. Informou que a proposta originou-se na CTAP e foi reestruturada na CTIL, tendo uma redação muito precisa, estabelecendo recomendações à SEAP e aos comitês de bacia hidrográficas, sendo uma sinalização política desse CNRH e com essas características alcançaria os anseios da SEAP quanto a participação da sociedade no sistema de gestão. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** agradeceu ao Conselheiro e diretamente passou a palavra à Conselheira Ingrid que havia se inscrito para discussão da matéria. A **Conselheira Ingrid Muller (OTEP)** solicitou esclarecimentos com relação à promoção da instituição dos comitês gestores, sendo esta de caráter obrigatório ou dependente do tamanho do parque poderia não existir. Disse, ainda, que estaria passando a impressão de uma implantação de “cima para baixo” e que este deveria ser voluntário. O **Conselheiro Eduardo Costanzo (Concessionárias)** parabenizou o atual Secretário e desejou sucesso e da mesma forma cumprimentou o Sr. João Bosco Senra, agradecendo pelos trabalhos desenvolvidos. Quanto a proposta de moção, disse que o setor que ele representava estaria com dúvidas, mas que iniciativa seria válida, diante da dificuldade existente quando da sua instalação e gestão em reservatórios, pois o processo de licenciamento seria complicado, moroso e estando o setor sofrendo com isso. Ponderou sobre a extensão do uso da palavra promover, partindo do CNRH e questionou o que isso significaria na realidade. Apresentou dúvidas quanto à maneira em que estaria sendo mencionado o setor elétrico, sendo utilizada a expressão “órgão operador de barragens”, que para o setor tal expressão não faria sentido. Ponderou sobre os comitês de bacia acolher membros desses organismos gestores dos parques aquícolas, o que pareceria que o CNRH estaria gerindo sobre os comitês de bacia, até criando privilégios para que esses membros participem desses colegiados. Comentou que as atribuições desses comitês gestores deveriam ser detalhadas. Diante das várias dúvidas, sugeriu que o assunto retornasse para a CTAP para seu aprimoramento. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** esclareceu que para tal procedimento, conforme regimento interno seria necessária a solicitação de pedido de vista, a não ser que houvesse a possibilidade de construção de acordo com o próprio Plenário. O Conselheiro **Eduardo Costanzo (Concessionárias)** disse que deveria ser feita uma discussão de redação e complementações e se o Plenário tivesse disposto, poderia ser feita, o que não foi acatado pelo Plenário e sim o pedido de vista. A Conselheira **Maria Zita (Comitês)** disse que representando os comitês estaria preocupada com tal proposta, primeiramente por mencionar diretamente os comitês e por isso acreditava que, de uma forma participativa, os comitês deveriam ser ouvidos, assim propôs que a proposta de moção fosse levada aos comitês para discussão. Comentou sobre a geração de problemas quando da instalação de parques aquícolas em reservatórios do governo e da existência no semi-árido de comissões gestoras que precisariam ser definidas, bem como sua atuação no local da área de reservatório, para não serem confundidas com os comitês de bacias e informou que essa discussão já estaria no âmbito do órgão gestor do Ceará. Diante do exposto também fez pedido de vista. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** informou que, regimentalmente, os pedidos de vista estariam concedidos, o que dispensaria a continuidade das discussões. Estabeleceu que os Conselheiros que pediram vista encaminhassem parecer, em 30 dias, com as justificativas que seriam apreciadas por esse Plenário que

539 decidiria o encaminhamento da proposta de moção em questão. A **Conselheira Laura Jesus (ONG)**
540 insistiu na necessidade de discriminação de parques estaduais e federais a qual foi aconselhada a tomar
541 as providências no âmbito do processo da tramitação do pedido de vista. O **Conselheiro Marcelo**
542 **Sampaio (SEAP)** lembrou que se tratando de moção seria uma recomendação política e ainda que
543 tanto na CTAP como na CTIL os comitês de bacia e os representantes do setor elétrico se manifestaram
544 e ressaltou que a proposta de texto colocada foi originada de sugestão dos representantes do setor
545 elétrico. Lamentou pela não aprovação da moção, naquele momento, a considerar o período de
546 construção de tal deliberação, agradeceu e colocou-se a disposição para os conselheiros que pediram
547 vistas. **Item 4 – Apresentação sobre o Programa “Cultivando Água Boa”.** O **Sr. Eustáquio Luciano**
548 **Zica (SRHU/MMA)** agradeceu a presença do Sr. Nilton Freitas e comentou sobre a boa impressão que
549 teve de tal apresentação, a qual também aconteceu no último dia três de junho, em Foz do Iguaçu/PR.
550 Recomendou que a equipe de Revitalização de Bacias da SRHU conhecesse o programa. Assim,
551 convidou o Sr. Nilton Freitas, deputado constituinte e responsável por muitos dos avanços obtidos na
552 organização popular do País para apresentar o programa “Cultivando Água Boa”. O **Sr. Nilton Freitas**
553 **(Itaipu Binacional)** iniciou a apresentação, saudando os participantes do CNRH, em especial o atual
554 Secretário, Luciano Zica, e o Sr. João Bosco Senra, que desenvolvera trabalho significativo e que
555 continuaria com uma contribuição maiúscula nas questões das águas. Aproveitou para convidar o
556 CNRH para realizar reunião Plenária na Itaipu Binacional, em seu Parque Tecnológico, local onde o rio
557 Iguaçu presenteia a sociedade com suas cataratas. Agradeceu o convite e elucidou que o trabalho se
558 daria no campo microscópico, não envolvendo a grande bacia hidrográfica, mas sim a bacia
559 hidrográfica denominada Paraná Três (sub-bacia do rio Carapá). Disse que o programa conta
560 atualmente com 1.780 parceiros, o que revelaria a vitalidade e essencialidade desse programa. Como
561 informação preliminar, citou que a Itaipu Binacional responderia atualmente por 23% da energia gerada
562 no Brasil e 95% energia gerada no Paraguai, sendo um empreendimento que se transformou numa
563 proposta inovadora de uma grande arquitetura política, diplomática e de engenharia de expressão
564 internacional. Destacou peculiaridade existente no fato da sua binacionalidade, cujo acordo se
565 estenderia até 2023, quando deveria ser negociado um outro acordo. Caracterizou a região, onde ocorre
566 o programa, destacando por ter: 1 milhão de habitantes em 29 municípios, a maior proporção de criação
567 de aves do Brasil, sendo abatidas 800 mil aves/hab/dia, 40% da suinocultura do estado do PR e ser a
568 maior bacia leiteira, e por essas características ter muitos impactos, como o caso de dejetos, de onde
569 originaria a ligação com os problemas de aquecimento global, emissão de gás metano e,
570 conseqüentemente, atingindo as mudanças climáticas influenciada pela redução da camada de ozônio,
571 derretimento de geleiras, aquecimento global, catástrofes climáticas, desertificação, desequilíbrio das
572 correntes marítimas, elevação do nível do mar, impactos na agricultura e nas florestas, na
573 biodiversidade e o impacto sobre as águas. Sobre a região ainda comentou sobre o desmatamento, por
574 conseqüências as características de solo, apesar das práticas conservacionistas; o processo de
575 eutrofização, por conseqüência do transporte de nutrientes orgânicos e minerais a partir da atividade
576 agropecuária; o fenômeno do mexilhão dourado a partir de 1999 e o impacto na biodiversidade
577 aquática; a erosão, que carrearia para lago de Itaipu um total de 6 milhões e 170 mil toneladas de
578 sedimento que são levados até Mar Del Plata; o uso de agrotóxicos, cujo consumo seria de 8l/hab/ano;
579 a poluição difusa, com destaque para o esgoto, existindo 18 municípios que não possuem uma rede de
580 coleta e tratamento e ainda havendo o problema do lixo. Fez uma reflexão quanto ao comportamento da
581 população e sua ameaça na própria sobrevivência, o que acarretaria na revisão de valores, dos modos
582 de ser/viver, de produzir, de consumir e neles assumir a sua força individual e coletiva, para tanto
583 necessitando de mudanças no modelo mental, compreendendo o mundo de forma holística e
584 alfabetizando-se ecologicamente. Diante de tais fatos, comentou sobre a necessidade de adaptação na
585 missão da empresa, que surgiu de um processo agudo de envolvimento do corpo funcional, que
586 culminou com a filosofia do programa, que também se baseou em documentos planetários como a
587 Carta da Terra, o Tratado de Educação Ambiental, os resultados da Eco 92, a Agenda 21, o Protocolo

588 de Kioto, as Políticas Públicas de Governo, os resultados da Conferência Nacional de Meio Ambiente,
589 o Plano Nacional de Recursos Hídricos, o Pacto Global, além de inspirações em pessoas como João
590 Bosco Senra e Leonardo Boff. Mostrou a metodologia adotada de uma gestão por programa, cujo
591 problema estaria na implantação da matricialidade, que ocasionou a “desconstrução” de instituições
592 que estariam fortemente implantadas na região e possuidora de informações. Comentou sobre a
593 existência de diversos diagnósticos, e para abrigar tais informações estariam construindo um cadastro
594 multi-técnico a ser disponibilizado para todos os parceiros. Ressaltou a necessidade de gestão
595 participativa para viabilizar a implantação do programa, com o envolvimento dos atores políticos,
596 sociais, culturais e religiosos da região. Apresentou os 19 programas, distribuídos em 96 ações no
597 âmbito do Cultivando Água Boa. Ressaltou as atividades para o envolvimento da sociedade, tais como:
598 as reuniões de sensibilização; a criação do comitê gestor da microbacia e seus subcomitês; e a
599 realização de oficinas denominadas “do futuro”. Quanto à metodologia das oficinas, que foi inspirada
600 em Paulo Freire, explicou que estaria subdividida em três partes: o “muro das lamentações”, a “árvore
601 da esperança” e “um caminho adiante”, que culminaria na elaboração da Agenda 21 da microbacia e no
602 pacto das águas. Para o lançamento desses documentos seria realizado um evento contendo aspectos
603 místicos, para a quebra do reducionismo imposto na sociedade atual. Disse que somente nesta etapa do
604 processo era tocado em custos e os conseqüentes convênios, isso por terem a convicção que tal assunto
605 poderia estragar todo o envolvimento social, e também por nesta etapa já estarem pactuadas as ações
606 coletivas a serem realizadas na região. Mencionou os passivos ambientais individuais existentes, e as
607 ações realizadas para minimizá-los, a partir da montagem do diagnóstico PCA, a ser elaborado pelos
608 alunos do último período das áreas acadêmicas afins das faculdades da região. Comentou que, durante
609 a capacitação dos acadêmicos, notaram que esses não estariam compreendendo o que seria uma
610 microbacia, podendo ser reflexo da inexistência de informações sobre a hidrografia local. Mostrou a
611 preocupação com os acadêmicos que já estariam formados, mas que teriam participado do projeto,
612 assim auxiliaram, na forma de incubadora, no parque tecnológico de Itaipu, a formação de empresas de
613 elaboração de projetos ambientais. Para o desenvolvimento de tais trabalhos, observaram a necessidade
614 de criação de um *software* livre, que foi construído em 6 meses. Disse ainda que simultaneamente às
615 ações específicas apontadas pela sociedade, estariam realizando uma difusão com todos os parceiros -
616 Emater, Secretaria de Agricultura do estado, Prefeituras, ONGs e outras ações, tais como: agropecuária
617 sustentável; estímulo do consumo e produção de produtos orgânicos; valorização do desenvolvimento
618 da agricultura familiar; turismo no espaço rural; e cultivo de culturas alternativas. Para essa difusão
619 estariam utilizando os próprios agricultores, além da difusão de práticas conservacionistas nos
620 assentamentos rurais; curso de agri-ecologia; desenvolvimento de pesquisa na área de biotecnologia;
621 coleta solidária, com doação de carrinhos as associações; curso de jardinagem para jovens, com a
622 distribuição de *kits* com equipamentos de jardinagem; o trabalho nas comunidades indígenas, com
623 envolvimento da comunidade para a produção agrícola orgânica e de peixes em tanque rede; projeto de
624 plantas medicinais (fitoterápicas, aromáticas e condimentares); o monitoramento por bioindicadores, a
625 partir de uma visão ecopedagógica; de educação ambiental, reflexiva e política - com a adoção da
626 cartilha “Mundo Orgânico” e a encenação da peça teatral “Amatita”; o curso educadores ambientais, de
627 800h/aula, montado em parceria com o MMA e MEC; e o projeto “mais peixes em nossas águas”, onde
628 todas as colônias de pescadores estariam envolvidas, bem como as prefeituras e a SEAP. Destacou os
629 três parques aquícolas identificados, tendo um potencial de 6.200 t/peixe/ano, somente utilizando
630 0,07% da lâmina de água do reservatório. Enfatizou o plantio de 22 milhões de árvores na margem
631 esquerda – Brasil e mais 22 milhões de árvores na margem direita – Paraguai, o que alcançaria uma
632 área de 60.501ha de reflorestamento, sendo a faixa de proteção – APP, em média de 214m de largura,
633 sendo esse um esforço de mais de 15 anos. Comentou ainda sobre as reservas de refúgio, num total de
634 28.000ha de floresta intocável. Disse que tais áreas estariam permitindo a formação do corredor
635 ecológico trinacional, conectando o Parque Nacional do Iguaçu com o Parque de Ilha Grande, podendo
636 alcançar até o Morro do Juízo em São Paulo. Disse que todo ano o projeto estaria sendo avaliado e

637 recebendo sugestões. Informou que estariam em uma fase de aprofundamento estruturante, no sentido
638 de investir na forma de ser, de viver, de produzir, de consumir para a construção de um novo
639 paradigma, baseado na forma em que o mundo estaria consumindo, onde 80% das mensagens recebidas
640 seriam para comprar o que não seria preciso, com um dinheiro que não se teria, justificado até pela
641 geração de poluentes, onde 4% da população dos EUA seriam responsáveis por 21% da emissão de
642 gases poluentes (**Anexo V**). O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** agradeceu pela exposição
643 muito rica e pelo convite para a realização de uma reunião do CNRH na região, o que seria proveitoso,
644 por possibilitar ver *in locu* os resultados de uma construção coletiva. Aberto para esclarecimentos, a
645 **Conselheira Maria Zita (Comitês)** questionou sobre a interface entre os comitês gestores e os comitês
646 de bacia hidrográfica, e aproveitou para parabenizar e mostrar que esse seria um exemplo típico de uma
647 barragem voltada para usos múltiplos, conforme preconiza a Política Nacional de Recursos Hídricos.
648 Informou sobre o Encontro dos Comitês de Bacias Hidrográficas que acontecerá em Foz do Iguaçu e
649 convidou-o para apresentar tal experiência para esses comitês. O **Sr. Nilton Freitas (Itaipu**
650 **Binacional)** agradeceu e respondeu, informando que, a partir de uma decisão recente (2003), a Itaipu
651 Binacional participava do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná III, o qual estaria aprovando seu
652 plano de bacia. Ainda aproveitou para ressaltar que a Itaipu Binacional possuía a política de não
653 realizar intervenção sem as contrapartidas de todos os atores, considerando os elevados custos para
654 implementação de tais programas. **Informes.** O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** informou
655 que o CONAMA realizaria no mês de outubro de 2007, em Brasília, o I Encontro Nacional de
656 Colegiados Ambientais, que reuniria representantes dos conselhos nacionais, estaduais e municipais da
657 área ambiental, assim como os comitês de bacias hidrográfica, cujo objetivo seria proporcionar
658 momento de intercâmbio de experiências e debate sobre a participação social na gestão ambiental,
659 contando com o apoio do CNRH. Ainda informou que havia sido solicitado que constasse em Ata que o
660 Conselheiro Mauro Viegas (Indústrias) não esteve presente nesta reunião por estar participando da 1ª
661 Conferência da Indústria Brasileira para Meio Ambiente, como delegado, representando a FIRJAN.
662 Manifestou-se quanto às diversas preocupações colocadas sobre a reestruturação do MMA. Disse
663 partilhar das mesmas preocupações e acreditar que em pouco tempo, nos países que se preocupam com
664 a questão da água, haveria um Ministério da Água, sendo uma tendência mundial e que não veria na
665 ação de reformulação do MMA um risco de redução da preocupação da água no Brasil, sendo este um
666 passo no sentido da construção desse momento de consolidação da Política Nacional de Recursos
667 Hídricos. Acolheu as preocupações manifestas e as tomou como desafio a todos e à sua pessoa à frente
668 da coordenação da SRHU. Disse ser um desejo surpreender a todos, muito brevemente, com os
669 resultados dessa mudança, principalmente devido ao adiamento pessoal da reconquista da liberdade
670 individual, em prol da construção coletiva. Comentou estar tranquilo com a legitimidade das
671 preocupações e que a Ministra estaria sensível a elas, mas isso soaria como um propulsor na busca do
672 objetivo comum. A **Conselheira Maria Zita (Comitês)** apresentou suas preocupações provenientes de
673 uma região semi-árida onde a água seria fator preponderante, exatamente no ano em que se
674 comemorava 10 anos da Lei nº 9.433/97, e que isso poderia ser um retrocesso dentro da Política.
675 Informou sobre a renovação do maior comitê do Ceará, e o entusiasmo ocorrido a partir das mais de
676 100 entidades que se propuseram a participar de um comitê de 60 membros, o que revelaria que a
677 sociedade estaria acreditando no processo, no gerenciamento e na Política Nacional de Recursos
678 Hídricos. A **Conselheira Laura Jesus (ONG)** lamentou que se chegasse ao final da reunião, com esta
679 muito esvaziada, tendo sido iniciada com atraso. Disse ser necessário descobrir o porquê de tal fato, em
680 virtude dos custos humanos e financeiros para a realização dessas reuniões, devendo ser observado se o
681 problema seria de conscientização, educação ou horário de reunião, mas que deveria ser disciplinada a
682 presença em todo o período da reunião. Cumprimentou o palestrante e informou que a Itaipu
683 Binacional estaria se transformando a partir do conhecimento técnico e sensibilidade política do Sr.
684 Nilton Freitas e desejou que o programa se estendesse para a bacia do rio Ribeira e Alto Iguaçu.
685 Informou que o Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental – CEDEA, o Sindicato dos

Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, FUNDEPAR e AFINS – SINDCEAB discutiram a questão da política que envolve o meio ambiente, bem como a divisão do IBAMA, e acordaram pelo apoio aos funcionários do IBAMA, pelas preocupações que possuem e pela seriedade das questões que eles levantaram. Assim, registrou o apoio a essa luta da Associação dos Funcionários do IBAMA. Disse ainda que essa questão teria que ter sido mais discutida com a sociedade para evitar o retrocesso na história. Registrou o apoio à greve dos funcionários da SANEPAR, por ser uma luta justa, além da greve das Universidades Estaduais do Paraná. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)**, antes de encerrar, deixou consignado que o IBAMA, criado em 1989, por Medida Provisória, foi resultante da fusão de três órgãos ambientais existentes naquela época, e que gerou protestos, mas que hoje, seria consenso o quão fundamental foi a sua criação. No entanto, com a criação do MMA, passou a ser um desejo o ajuste do papel do órgão ambiental, devido à distorção das atividades do IBAMA como órgão licenciador, fiscalizador e ao mesmo tempo gestor de unidades de conservação. Informou que, em uma pesquisa realizada, 85% da população creditaria ao IBAMA a defesa do meio ambiente, isso devido ao seu poder de polícia que será fortalecido com a criação do Instituto Chico Mendes. Comentou ser contrário ao uso de medidas provisórias, mas que desta vez estaria favorável, pois não seria possível ouvir todo o povo brasileiro, que neste caso seria ouvido na forma de sua representação democrática no Congresso Nacional. Mencionou que a Ministra teria tentado, durante 4 anos, modificar internamente o IBAMA, não obtendo sucesso, o que levou à medida provisória. Feito tais esclarecimentos, solicitou desculpas pelos erros de debutante, esperando evoluir na relação com o Conselho. Agradeceu a presença dos conselheiros, palestrantes, convidados e demais presentes, declarando encerrada a XVII Reunião Ordinária do CNRH, às 14h45, e informou que uma vez aprovada por este Plenário, a presente ata seria assinada por ele, Secretário Executivo do CNRH.

Ata aprovada na XVIII Reunião Ordinária do CNRH, realizada no dia 16 de outubro de 2007.

Eustáquio Luciano Zica
Secretário Executivo do CNRH